

A Igreja de Boff Contra a Igreja de Cristo

Ir. Anna Maira Fedeli

A IGREJA DE BOFF CONTRA A IGREJA DE CRISTO

Não apenas as publicações católicas, mas toda a imprensa, vem dando grande destaque à penalidade imposta pela Santa Sé ao Frei Leonardo Boff, obrigando-o a um ano de silêncio.

Não há dúvida que o caso tem apresentado lances sensacionais, dos mais próprios a interessar a opinião pública brasileira, tão pronta a comover-se e a apiedar-se dos perseguidos.

Enquanto Boff, tomando ares de mártir, aceita a punição e cala-se, não sem comentar contudo – falsamente (cfr. Lc 4,35) – que Cristo jamais mandou alguém calar a boca, falam por ele seus amigos, indignados ante a “injustiça” da condenação, ante a “brutalidade” com que é aplicada. Bispos interpelam a Santa Sé, fiéis fazem apelos testemunhando a pureza da fé católica do perseguido teólogo, homens de “boa vontade” falam em processar a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé por atentado aos direitos humanos.

Choros, gritos, lamúrias e ameaças. E em meio a tanta balbúrdia, não sobra tempo para o essencial: afinal, o que foi que disse o frade franciscano, que coisas ensinou capazes de arrancar da Santa Sé uma condenação, por branda que seja?

O livro gerador da polêmica – Igreja: carisma e poder – é dedicado pelo autor àqueles que sabem que a Igreja “precisa ser continuamente construída, não contra, mas apesar daqueles que a querem reduzir à antiga sinagoga”. Trata-se de uma coletânea de ensaios onde se procura definir o que é e como deve ser a Igreja, doutrinária e historicamente.

Essencial é, assim, compreender qual é o sentido que o teólogo franciscano empresta a este termo. Para ele, “a Igreja é aquela parte do mundo que, na força do Espírito, acolheu o Reino de forma explícita na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado na opressão, guarda a permanente memória e a consciência do Reino, celebra sua presença no mundo e em si mesma e detém a gramática do seu anúncio, a serviço do mundo” (p.16).

A definição é longa e precisa de explicação. O mundo é, para Boff, “o lugar da realização histórica do Reino” (idem). E o Reino – “que engloba mundo e Igreja” – “é o fim bom da totalidade da criação em Deus finalmente liberta totalmente de toda imperfeição e penetrada pelo Divino que a realiza absolutamente” (idem).

Assim, o Reino – tão estranhamente formulado – se realiza no mundo e a Igreja é mediadora dele – mas não exclusiva mediadora (pp.84 e 139) – a um de seus sinais, não o único sinal.

Boff abandona, desta forma, dois conceitos fundamentais do catolicismo. Um, expresso diretamente por Nosso Senhor Jesus Cristo ao dizer: “o meu Reino não é deste mundo” e outro, decorrente do “quem crer e for batizado será salvo, quem não crer será condenado”. (Mc 16,16), e do “quem vos ouve a mim ouve ” (Lc 10,16), sintetizado na fórmula “extra Ecclesiam nulla salus”.

O que ele prega é pois uma outra igreja que conduz a um Reino terreno. Uma igreja que é cósmica, igualitária e pneumática. Diz ele:

Se porém o Cristo pneumático (ressuscitado) não conhece mais limitações e limites estanques então Seu corpo que é a Igreja não pode também se encapsular dentro dos limites de sua dogmática, de sua liturgia e de seu direito

canônico. A Igreja possui as mesmas dimensões do Cristo ressuscitado. E essas dimensões são cósmicas. Suas funções e mistérios, suas estruturas e serviços que existem e devem existir, devem contudo manter-se sempre abertos ao Espírito que sopra onde quer e que é uma permanente força dinâmica no mundo. Todos os homens agraciados e que estão com o Espírito Santo deveriam por isso mesmo sentir-se membros da Igreja e encontrar um lugar para si dentro de suas estruturas visíveis. Ninguém está fora da Igreja, porque não existe mais um “fora”, porque ninguém está fora da realidade de Deus e do Cristo ressuscitado. O homem pode contudo negar-se à cobertura; pode subjetivamente recusar-se a aceitar semelhante realidade. Mas nem por isso ele deixará de estar dentro (p.232).

Ele deseja pois uma Igreja sem limites dogmáticos, litúrgicos ou canônicos. Não é de estranhar assim que ele considere “importante” a afirmação de T. Bruneau: “A desintegração institucional é, a meu ver, a condição *sine qua non* da participação do leigo na Igreja do Brasil”. É, aliás, sobre a Igreja enquanto instituição que ele descarrega o mais pesado de suas críticas, acusando-a de ser não acidental, mas essencialmente, uma violadora dos direitos humanos (pp.58 e ss.). De acordo com Boff, na Igreja “a desigualdade estrutural produzida pela detenção dos meios de produção simbólica por parte de um grupo gera uma situação de permanente conflito com os direitos humanos”.

Os “detentores dos meios de produção simbólica” são os membros da hierarquia eclesiástica, encarregada por Cristo de ensinar a Verdade e de conduzir os homens à salvação. Para o frade franciscano, contudo, enquanto perdurar uma “compreensão dogmática e doutrinária da revelação e da salvação de Jesus Cristo dever-se-á contar irretorquivelmente com a repressão da

liberdade do pensamento divergente dentro da Igreja” (p.75). Para afastar-nos de tal perigo o zeloso teólogo recomenda-nos um estudo seu publicado na REB 35.

Mas como realizar esse benéfico trabalho de destruição da estrutura eclesial? Serão suficientes os estudos e as inefáveis palavras de tão inefável teólogo? Não: “Em primeiro lugar convém exorcizar a tentação idealista de que basta um recurso à modificação das consciências para produzir uma mudança estrutural na Igreja. Mais do que as novas idéias são as práticas diferentes (com o suporte de suas respectivas teorias) que modificam a prática eclesial. Estas modificações por sua vez abrem caminho para uma compreensão teórica e temática correspondente propiciando uma leitura nova do Evangelho e da Tradição”. Certamente, Marx, se tratasse do assunto, não o diria melhor.

Não se pense, entretanto, que Frei Boff defenda essas sublimes teorias sem apoiar-se nas autoridades competentes da matéria. Longe disso! Ao comentar, por exemplo, a “patologia” da “compreensão dicotômica” da *Ecclesia docens* e *discens*, depois de rejeitar a autoridade do Papa S. Pio X, que ele cita em segunda mão e numa tradução falseada (cfr. p. 218), apoia-se numa autoridade surpreendente em matéria eclesial: o pedagogo marxista Paulo Freire, o qual “mostrou o caráter patológico desse tipo de relação” – o tipo de relação defendido por S. Pio X – “que desumaniza um polo e o outro”.

Mereceriam também comentário os textos de Boff sobre a natureza do Corpo de Cristo Ressuscitado – que ele identifica com o Espírito – sobre a unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade da Igreja, sobre os sacramentos, sobre a Fé e – resumindo – sobre praticamente todos os temas por ele tratados.

Uma pessoa ingênua que lesse este livro de Boff poderia pensar que se enganou julgando comprar um livro católico. A religião professada em suas páginas é outra. A Igreja é outra, outro é

o Evangelho, outra a Fé, outros os Sacramentos, outro o Deus.

A Santa Sé ordenou a Boff silêncio. Ele se calou. Por que? Ele mesmo o explica:

Evidentemente a velha Igreja olhará com certa desconfiança para a nova Igreja na periferia e para as liberdades evangélicas que ela se toma. Poderá ver nela uma concorrente; gritará em termos de Igreja paralela; magistério paralelo, falta de obediência e lealdade para com o Centro! A Igreja nova deverá saber usar de uma inteligente estratégia e tática: não deverá entrar no esquema de condenações e suspeitas como o Centro poderá fazer. Deverá ser evangélica, compreender que a instituição enquanto é poder somente poderá usar a linguagem que não ponha em risco o próprio poder, que sempre temerá qualquer afastamento do comportamento ditado pelo Centro e verá isto como deslealdade. Apesar de poder compreender tudo isso, a Igreja nova deverá ser lealmente desobediente. Explico-me: deverá buscar uma profunda lealdade para com as exigências do Evangelho; deverá ouvir a voz do Centro para se questionar da verdade de sua interpretação evangélica; caso estiver crítica e profundamente convencida de seu caminho, deverá ter a coragem de ser desobediente no Senhor e no Evangelho às imposições do Centro, sem rancor nem lamúria, mas numa profunda adesão à mesma vontade de ser fiel ao Espírito que presumimos existir também no Centro. Salva-se, portanto, a comunhão básica. Esta pureza evangélica é provocação para o Centro para ele mesmo despertar para o Espírito que não pode ser canalizado segundo os interesses humanos. A abertura à comunhão com o todo, a exclusão sequer da possibilidade de uma ruptura que destruísse a unidade e a caridade, mesmo que isso signifique isolamento, perseguição e condenação por parte do Centro constitui a garantia de

autenticidade cristã e zelo de inspiração evangélica (p.107).

Ou seja, a Igreja nova deve compreender que o Centro, porque é poder, não pode falar senão pelos poderosos, sendo sua palavra no mínimo suspeita; deve, além disso, sem se submeter, não romper nunca com Roma, embora a comunhão essencial – a da Fé – já esteja rompida. Não se trata, na realidade, de manter a unidade pela caridade, mas de dissimular hipocritamente o rompimento.

Esse procedimento foi comum a muitas heresias, de modo especial às mais perigosas dentre elas.

Repetindo-o, a nova Igreja, da qual Boff é um dos mentores, segue o caminho daqueles que através da história, quiseram utilizar a Arca da Salvação para propagar o erro e a mentira.